



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DA CIDADE  
Identificação: CIDADES B2  
Data: 13/11/2012

# SES, FHS e SMS não pagaram os débitos com fornecedores

## Promed continua com uma fatura de mais de R\$ 1 milhão em aberta

Wilson Melo  
DA EQUIPE JC

Estado, Fundação Hospitalar de Saúde (FHS) e Município de Aracaju, juntos, devem mais de R\$ 1 milhão à empresa Promed Comércio de Produtos Hospitalares que fornece medicação e insumos hospitalares. Em audiência pública realizada ontem, 12, no Ministério Público Estadual (MPE), o representante da empresa, Manoel Raimundo, informou que a situação está insustentável. Segundo a promotora de Justiça Euza Missano, a existência da dívida será adicionada aos autos do processo, que tramita na 3ª Vara Cível onde o MPE informa os débitos existentes e o desabastecimento do Hospital de Urgência de Sergipe (Huse) e da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes.

“Na quinta feira, 8, o MP moveu uma Ação Civil Pública pedindo intervenção fiscalizatória na Fundação Hospitalar de Saúde, ao mesmo tempo em que os dois maiores hospitais, o Huse e a Maternidade, passassem para o gerenciamento do Estado. Com as reuniões que foram formalizadas com os for-

necedores, nós fizemos alguns tratativos de pagamento das empresas, mas infelizmente a informação que tivemos nesta segunda é que mesmo sendo feita a composição não houve o repasse do valor”, afirmou Euza Missano.

Por e-mail, os representantes do Estado informaram que mantiveram contato com a Promed em uma audiência extrajudicial, formalizando um acordo para o pagamento dos débitos, sendo desnecessária a realização da audiência. “A informação que o Ministério Público teve foi exatamente o contrário de que não houve a efetivação dos pagamentos, mesmo eles distribuindo medicamentos. Ou seja, eles continuam distribuindo medicamentos sobre o compromisso do pagamento e esse pagamento não chega”, comentou Euza Missano em relação ao não comparecimento do Estado na audiência.

Euza explicou também que a preocupação do MP irá existir caso haja descontinuidade de fornecimento, pois os pacientes irão sofrer pelo não uso dos medicamentos. “Diante dessa situação nós vamos

encaminhar a ação que já está em andamento, em face ao Estado e da FHS para conhecimento do juiz de que não houve pagamento. Tudo que é possível ser feito para que seja mantido o abastecimento da população nós estamos lutando para conseguir. Não estamos na busca que essas empresas recebam os valores, mas que o usuário não tenha desassistência. Essa é a nossa maior preocupação”, disse.

A representante do município, a assessora jurídica Mara Rejane Garcez, disse que a Secretaria Municipal de Saúde não tem como efetuar o pagamento do valor do débito por ausência de recursos financeiros, e que fará contato posteriormente com a distribuidora para a negociação dos débitos. “Com relação ao município de Aracaju, o procedimento está concluso para que o MP venha avaliar a situação do desabastecimento, pois se ela estiver patente em função do débito existente nós vamos adotar a mesma condição que foi feita com o estado, entrando com uma ação civil pública para que não haja nenhuma forma

de descontinuidade do fornecimento dos medicamentos aos pacientes”, alegou Euza Missano.

Segundo o proprietário da Promed, Manoel Raimundo, a empresa não irá mais fornecer medicamento até que os débitos sejam sanados. “O estado me deve R\$ 890 mil, a FHS R\$ 311.619,078 e o município R\$ 24.625. Como é que eu vou honrar o pagamento dos meus fornecedores com um déficit de caixa desse tamanho. Se mesmo firmando acordo aqui no ministério público eles não pagaram, porque agora eu vou ter que fornecer os medicamentos. A situação está insustentável”, afirmou Manoel Raimundo.

Ainda segundo o representante da Promed, o município tem um débito de 2008 que também não foi pago. “Fornecemos materiais médico-hospitalares e medicamentos na ordem de R\$ 65.512,54 há quatro anos que a SES não realizou o pagamento. Para fornecer algum medicamento é preciso que tenhamos uma esperança de pagamento e com essa situação não tem como lidar”, ressaltou Manoel Raimundo.